



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas  
em Políticas Educacionais e  
Experiências Interdisciplinares na Educação**

13, 14 e 15  
junho de 2022

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 1 | Ano 2022

**Eixo TEMÁTICO: Políticas Públicas  
Educativas**

**Alexsandro do Nascimento  
Santos**

*Universidade Cidade de São Paulo*  
alexsandrosantos1980@gmail.com

**SIGA O ORÇAMENTO: A (NÃO)  
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639 EM  
DOIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

**FOLLOW THE BUDGET: THE (NO)  
IMPLEMENTATION OF LAW 10.639 IN  
TWO MUNICIPALITIES OF THE  
METROPOLITAN REGION OF SÃO  
PAULO**



## RESUMO

Esta comunicação científica apresenta resultados parciais de investigação sobre a alocação orçamentária de duas secretarias municipais de educação para a implementação de ações no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais - EREER. Assume-se que o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EREER definiu um conjunto de atribuições sob a responsabilidade das secretarias municipais de educação que convocam uma atenção específica ao investimento de recursos financeiros, de modo a garantir as condições necessárias ao enfrentamento das desigualdades educacionais estruturadas a partir do contrato de dominação racial prevalente na sociedade brasileira. Metodologicamente, o estudo parte do levantamento de dados de investimento das secretarias de educação em um conjunto de sete ações e da análise da evolução deste investimento no quadriênio 2017-2020. Os resultados apontam para um investimento insuficiente tanto em termos absolutos quanto quando confrontamos com o tamanho das redes analisadas. Também apontam uma concentração do investimento em atividades internas da própria secretaria e uma ênfase restrita em ações diretamente realizadas com as escolas e os profissionais da rede de ensino.

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-Raciais. Implementação. Orçamento. Redes Municipais de Ensino.

## ABSTRACT

This scientific communication presents partial results of an investigation on the budget allocation of two municipal secretaries of education for the implementation of actions in the field of Education of Ethnic-Racial Relations - EREER. It is assumed that the National Implementation Plan of the National Curricular Guidelines for REER defined a set of attributions under the responsibility of the municipal secretaries of education that call for specific attention to the investment of financial resources to realize the necessary conditions for confronting educational inequalities structured from the contract of racial domination prevalent in Brazilian society. Methodologically, the study starts by surveying investment data from the education secretariats in a set of seven actions and analyzing the evolution of this investment in the 2017-2020 quadrennium. The results point to an insufficient investment both in absolute terms and when compared with the size of the analyzed networks, using data related to the number of teachers. They also point to a concentration of investment in internal activities of the secretariat itself and a restricted emphasis on actions directly carried out with the schools and professionals of the education network.

**Keywords:** Education of Ethnic-Racial Relations. Implementation. Budget. Municipal Education Networks.

## 1. INTRODUÇÃO

Em 2003, após uma intensa mobilização dos movimentos sociais negros e de seus aliados e a partir da transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o governo de



Luiz Inácio Lula da Silva, conquistamos a promulgação da Lei Federal nº 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Escola e permitiu que fossem aceleradas as discussões em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, no Conselho Nacional de Educação. (DIAS, 2005; ALVES, ORTIGÃO E FRANCO, 2017).

A combinação entre o diploma legal – que alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – e as orientações ofertadas pelo Conselho Nacional de Educação para a revisão das políticas curriculares da educação básica e do ensino superior, dos projetos políticos pedagógicos das unidades educacionais e das práticas pedagógicas realizadas em sala de aula pareciam apontar para a construção de um pacto para a superação das marcas ostensivas do racismo estrutural e institucional que atravessavam a oferta educacional no Brasil e que mantinham um contrato racial de dominação (MILLS, 2013) operando diuturnamente para obstaculizar o acesso, a permanência e o sucesso escolar das pessoas negras no Brasil.

O que se pôde observar, entretanto, é que a existência desses dois marcos normativos não vinha sendo suficiente para garantir os incentivos e os constrangimentos necessários para que as políticas educacionais assumissem o compromisso com o combate ao racismo na e da escola e com o reconhecimento, o enfrentamento e a superação das desigualdades educacionais organizadas a partir das relações raciais hierarquizadas próprias da sociedade brasileira. (ver, entre outros: ANDRADE & DACHS, 2007; SOARES et al, 2005). Em 2007, a então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI-MEC, vinculada ao Ministério da Educação, coordenando esforços com pesquisadores associados à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO, empreendeu uma pesquisa de avaliação da trajetória percorrida até então que consolidou um entendimento em torno da necessidade de ampliar o investimento de recursos, a coordenação e as estratégias indutoras para garantir a implementação mais efetiva e abrangente da Lei 10.639/03 e das diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (doravante, DCN-ERER).

De posse do relatório resultante desta pesquisa, o governo federal editou a Portaria Interministerial nº 605/2008, que instituiu um grupo de trabalho, composto por representantes



do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, cuja tarefa era elaborar um documento-base para o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (PNI-DCNERER).

A construção deste documento-base se deu a partir de um amplo diálogo com os movimentos sociais negros, com as redes públicas e privadas de ensino, com as universidades e com a sociedade civil mais ampla foi realizada entre maio e novembro de 2008, quando a primeira versão do documento ficou pronta. Em junho de 2009, o Plano foi lançado publicamente. Entretanto, uma versão com algumas modificações do documento tornou-se pública, na forma de livro em 2013 (SOUZA, 2016).

O Plano de Implementação é estruturado a partir de seis eixos: 1) fortalecimento do marco legal; 2) política de formação para gestores e profissionais da educação; 3) política de material didático e paradidático; 4) gestão democrática e mecanismos de participação social; 5) avaliação e monitoramento e 6) condições institucionais. (BRASIL, 2009; 2013)

Para a efetiva realização do Plano, o documento também explicita as atribuições de cada nível/instância de gestão da política educacional, considerando a responsabilidade: a) dos governos Federal, Estadual e Municipal na liderança dos sistemas de ensino, b) dos conselhos de educação (nacional, estaduais e municipais), das instituições e redes públicas e privadas de ensino – seja na educação básica ou no ensino superior; e dos colegiados organizados de múltiplas formas nas estruturas dos sistemas de ensino e nos órgãos de controle e participação social. No que tange ao nosso objeto de estudo (os sistemas/redes públicas municipais de educação), o documento prevê onze atribuições para os governos municipais:

- I. Apoiar as escolas para implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 por meio de ações colaborativas com os Fóruns de Educação para a Diversidade Étnico-Racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil;
- II. Orientar as equipes gestoras e técnicas das Secretarias de Educação para a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08;
- III. Promover formação dos quadros funcionais do sistema educacional, de forma



- sistêmica e regular, mobilizando de forma colaborativa atores como os Fóruns de Educação, instituições de ensino superior, NEABs, SECADI/MEC, sociedade civil, movimento negro, entre outros que possuam conhecimento da temática;
- IV. Produzir e distribuir regionalmente materiais didáticos e paradidáticos que atendam e valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais e regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das relações étnico-raciais;
  - V. Articular com a UNDIME e a UNCME apoio para a construção participativa de planos municipais de educação que contemplem a implementação da Lei nº 10.639/03, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e da Lei nº 11.645/08;
  - VI. Realizar consultas junto às escolas, gerando relatório anual a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
  - VII. Desenvolver cultura de autoavaliação das escolas e na gestão dos sistemas de ensino por meio de guias orientadores com base em indicadores socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero produzidos pelo INEP;
  - VIII. Instituir nas Secretarias Municipais de Educação equipes técnicas permanentes para os assuntos relacionados à diversidade, incluindo a Educação das Relações Étnico-Raciais, dotadas de condições institucionais e recursos orçamentários para o atendimento das recomendações propostas neste Plano;
  - IX. Participar dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial.

A análise do conjunto de responsabilidades atribuídas aos governos municipais explicita o grau de complexidade e abrangência das ações necessárias à efetiva implementação das DCN-ERER e nos convoca a analisar, interpretar e compreender se e como essas ações tem sido ou não realizadas, quase treze anos após a consolidação do Plano de Implementação. Se as políticas públicas são proposições intencionais que mobilizam as capacidades institucionais da administração pública para realizar determinados fins e, para isso, se organizam para disputar e ocupar o orçamento (fontes), nossa investigação tem por



objetivo responder à seguinte questão: os orçamentos públicos executados pelas secretarias municipais de educação explicitam uma alocação de recursos orientada para a implementação das DCN-ERER?

## 2. METODOLOGIA

A realização desta investigação assumiu uma metodologia quali-quantitativa, envolvendo o levantamento dos dados sobre a execução do orçamento das duas secretarias de educação selecionadas para a amostra, a identificação dos recursos destinados para ações relativas à implementação das DCN-ERER e o cálculo do valor *percapita* de investimento, assumindo sua fórmula como a razão entre os valores totais investidos a cada ano e o número de professores e professoras da rede de ensino.

Para consolidar o valor investido nas ações relativas à implementação das DCN-ERER, considerando as imprecisões e o grau de generalidade dos documentos de execução orçamentária formais nos municípios selecionados, optamos por coletar este dado via declaração do dirigente municipal de educação, a partir do preenchimento de uma tabela em que se solicitava o apontamento do total de recursos investidos pelo governo municipal, nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, em sete tipos de ação destinadas à implementação das DNC-ERER: a) aquisição de materiais didáticos e paradidáticos dedicados à temática (MDPD); b) aquisição de livros e outros materiais de formação entregues às escolas e aos professores para incentivar a implementação das DCN-ERER (MFC); c) contratação de programas de formação para professores com foco na temática (CFC-P); d) contratação de programas de formação para gestores escolares com foco na temática (CFC-G); e) financiamento de pesquisas, estudos ou estratégias de avaliação do status e dos desafios da implementação das DCN-ERER (FPE), f) apoio a ações desenvolvidas em parceria com organizações ligadas aos movimentos sociais negros, com os Núcleos de Estudos Afrobrasileiros – NEABs e Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas – NEABIs para fortalecer a implementação das DCN-ERER (AAP) e g) Estruturação e Manutenção do Setor Técnico da Secretaria que lidera as ações no campo da ERER (EMST). A tabela também permitia ao gestor criar linhas adicionais caso a Secretaria houvesse realizado outro tipo de ação que considerava indutora da implementação das DCN-ERER.



Com os dados preenchidos pelos dirigentes municipais, foi possível consolidar o investimento total por ano e o investimento total no quadriênio em cada uma das redes. Os gestores também informaram, na tabela, número total de professores e professoras que se encontravam alocados nas escolas da rede municipal de ensino em cada um dos quatro anos do quadriênio, de forma a permitir o cálculo da razão entre investimento e número de professores da rede.

Os dois municípios da amostra localizam-se na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O primeiro município, doravante denominado município “Amarelo” faz divisa territorial com a cidade de São Paulo, na região noroeste e possui população total estimada (IBGE, 2020) em pouco mais de 150 mil habitantes. A rede pública municipal é formada por 56 escolas. O segundo município, doravante denominado município “Violeta” faz divisa territorial com a cidade de São Paulo na região sudoeste e possui população estimada em pouco mais de 160 mil habitantes. A rede pública municipal Violeta possui 60 unidades educacionais.

### 3. RESULTADOS E ANÁLISE

Com os dados tratados, alcançamos êxito em sistematizar as informações das seis redes por valor total investido no quadriênio, o valor investido por professor no quadriênio, a variação do investimento ao longo dos quatro anos e a distribuição do investimento por tipo de ação desenvolvida. A tabela 1 apresenta o valor dos investimentos por ano e no quadriênio.

Tabela 1 – Investimento Total por ano e no quadriênio (2017-2020)

<b>Rede</b>	<b>Investimento Total em 2017</b>	<b>Investimento Total em 2018</b>	<b>Investimento Total em 2019</b>	<b>Investimento Total em 2020</b>	<b>Total no quadriênio</b>
Amarela	R\$ 41.326,00	R\$ 60.248,00	R\$ 69.444,00	R\$ 2.083,00	173.101,00
Violeta	R\$ 57.748,00	R\$ 94.416,00	R\$ 61.813,00	R\$ 10.331,00	R\$ 224.308,00

Fonte: elaboração própria

Os dados revelam um comportamento semelhante no padrão de investimentos das duas redes públicas analisadas: o primeiro ano do quadriênio (2017) apresenta valores menores de execução quando comparado aos dois anos seguintes (2018, 2019). Uma hipótese



que parece emergir da literatura de orçamento público é a dificuldade mais acentuada de tomar decisões orçamentárias no primeiro ano dos mandatos nas prefeituras, quer seja pela modelagem orçamentária herdada da gestão anterior, com compromissos de alocação já estabelecidos, quer seja pelo processo de consolidação do planejamento e das escolhas de gestão do governo eleito que costumam tomar boa parte do 1º quadrimestre.

O investimento declarado pelos gestores em 2020 é muito baixo. Neste caso, a hipótese principal são os impactos da Pandemia de Covid-19 e do fechamento das escolas no processo de planejamento e execução orçamentária e na disponibilidade ou indisponibilidade de ações de gestão dedicadas ao enfrentamento da questão racial na escola, por força da priorização da agenda específica relacionada aos efeitos da própria pandemia. A tabela 2 apresenta o número de professores de cada rede (N) e valor do investimento estimado por professor (IPP) no quadriênio em cada uma das redes

Tabela 2 – Investimento por Professor (IPP) por ano e no quadriênio (2017-2020)

<b>Rede</b>	<b>N 2017</b>	<b>IPP 2017</b>	<b>N 2018</b>	<b>IPP 2018</b>	<b>N 2019</b>	<b>IPP 2019</b>	<b>N 2020</b>	<b>IPP 2020</b>
Amarelo	2.066	R\$ 20,36	2.092	R\$ 28,78	2.103	R\$ 33,10	2.034	R\$ 1,02
Violeta	2.544	R\$ 22,38	2.583	R\$ 36,54	2.602	R\$ 23,74	2.448	R\$ 4,22

Fonte: elaboração própria

Salta aos olhos os valores diminutos que se explicitam quando são calculados os valores *per capita* de recursos financeiros investidos nas duas redes em função do número de professores vinculados. É pouco provável que haja uma implementação consistente das políticas destinadas à educação das relações étnico-raciais com recursos tão reduzidos. Finalmente, as tabelas 3 e 4 apresentam a distribuição do investimento feito pelas redes de ensino no quadriênio 2017-2020 por tipo de atividade realizada.

Tabela 3 – Município Amarelo: Investimento por tipo de ação por ano e no quadriênio (2017-2020)

<b>Tipo de Ação</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Quadriênio</b>
MDPD	2.608,00	15.968,00	12.240,00	0,00	30.816,00
MFC	0	0	0	0	0,00
CFC-P	2.118,00	7.680,00	15.730,00	0,00	25.528,00
CFC-G	0	0	0	0	0,00



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas  
em Políticas Educacionais e  
Experiências Interdisciplinares na Educação**

**13, 14 e 15  
junho de 2022**

FPE	0	0	0	0	0,00
AAP	0	0	0	0	0,00
EMST	36.600,00	36.600,00	41.474,00	2.083,00	116.757,00
TOTAL	41.326,00	60.248,00	69.444,00	2.083,00	173.101,00

Fonte: elaboração própria

Tabela 4 – Município Violeta: Investimento por tipo de ação por ano e no quadriênio (2017-2020)

<b>Tipo de Ação</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Quadriênio</b>
MDPD	6.912,00	3.210,00	0,00	0,00	10.122,00
MFC	0	8.360,00	0	0,00	8.360,00
CFC-P	8.196,00	31.776,00	19.173,00	2.351,00	61.496,00
CFC-G	0	0	0	0	0,00
FPE	0	8.430,00	0	0,00	8430
AAP	0	0	0	0	0,00
EMST	42.640,00	42.640,00	42.640,00	7.980,00	135.900,00
TOTAL	57.748,00	94.416,00	61.813,00	10.331,00	224.308,00

Fonte: elaboração própria

Os dados revelam um padrão semelhante de distribuição dos recursos nas duas redes. Considerando o período anterior à eclosão da pandemia de Covid-19, o principal destino dos recursos que os dirigentes declaram ter investido na implementação das DCN-ERER é a estruturação e manutenção do setor técnico responsável por liderar essa dimensão da política educacional. São gastos, sobretudo, com o pagamento dos salários dos servidores que atuam com essa área e que estão alocados no corpo técnico das secretarias de educação.

No município Amarelo, o percentual do recurso alocado nesse tipo de atividade alcança 88,56% do total investido em 2017, percentual que cai para 60,75% em 2018 e oscila para 59,72% em 2019. No município Violeta, o percentual alocado para a estrutura e manutenção do setor técnico é de 73,83% em 2017, cai para 45,16 em 2018 e alcança 69,98% em 2019. Quanto às demais rubricas, há uma diferença entre os municípios no que tange à segunda ação priorizada para o investimento na implementação das DCN-ERER. Enquanto no município Amarelo, o valor investido para aquisição de material didático e paradidático (MDPD) é a segunda atividade que mais consumiu recursos, totalizando R\$ 30.816,00 (17,8% do investimento), no município Violeta, o segundo tipo de ação que mais consumiu



recursos no quadriênio foi a contratação de formação continuada para professores (CFC-P), nas quais foram investidos R\$ 61.496,00 (o que equivale a 27,61% do total de recursos para a implementação das DCN-ERER alocados na Rede). Chama a atenção a inexistência de investimento específico para a formação continuada de gestores e para as ações em parceria com organizações sociais dos movimentos negros e com a universidade. Também chama a atenção o investimento reduzido em pesquisas e estudos que fortaleçam a implementação da política, já que apenas no município violeta explicitou-se um investimento pontual em 2018.

Tabela 5 – Distribuição percentual do investimento nos municípios Amarelo e Violeta (2017-2020)

Tipo de Ação	Município Amarelo		Município Violeta	
	Valor absoluto	% do total	Valor absoluto	% do total
MDPD	30.816,00	17,80%	10.122,00	4,51%
MFC	0,00	---	8.360,00	3,72%
CFC-P	25.528,00	14,75%	61.496,00	27,41%
CFC-G	0,00	---	0,00	---
FPE	0,00	---	8.430,00	3,75%
AAP	0,00	---	0,00	---
EMST	116.757,00	67,45%	135.900,00	60,58%
TOTAL	173.101,00	100%	224.308,00	100%

Fonte: elaboração própria

Em conjunto, as evidências sistematizadas parecem indicar que a implementação de ações definidas no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnico-Raciais não foi contemplada, na execução orçamentária realizada pelas secretarias municipais de educação consideradas neste estudo, com a destinação adequada de recursos financeiros para sua efetivação. Tal cenário é convergente com o conjunto de investigações conduzidas no campo de pesquisa da ciência política, da administração pública e da educação, sobre os atravessamentos do racismo estrutural e institucional na formulação e implementação de políticas públicas (GIACOMONI, 2010; JACCOUD e BEGHIN, 2002; THEODORO, 2008). Há uma estrutura de dominação racial prevalente na lógica orçamentária que, de modos mais explícitos ou menos explícitos, produzem a estagnação, insuficiência ou – em alguns casos – uma completa negação do aporte de recursos financeiros e orçamentários nas áreas e atividades destinadas ao combate



das desigualdades raciais. No caso da política educacional, essa conjuntura define uma sistemática de sabotagem da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. (MELO, 2020; ZIGONI, 2020; SANTOS, 2020; JANUÁRIO, 2020)

#### 4. CONCLUSÕES

A análise que empreendemos explicita que a alocação orçamentária praticada nas duas secretarias de educação que participaram da pesquisa não favorece de modo consistente a implementação das ações relativas à educação das relações étnico-raciais. Os recursos disponíveis e investidos, no quadriênio de 2017 a 2019, são escassos quando se leva em conta o número de profissionais que precisam ser alcançados com a indução, orientação e acompanhamento dos processos de implementação. Além disso, há uma concentração do investimento na estruturação e manutenção da estrutura interna da secretaria de educação em desfavor às ações que poderiam ampliar e fortalecer as práticas, processos e projetos desenvolvidos nas e com as escolas. A ausência de investimento na formação de gestores escolares é um dado dramático, na medida em que eles são lideranças das comunidades educativas e desempenham um papel decisivo na realização das ações cotidianas. Finalmente, a aquisição e distribuição de materiais de formação continuada e materiais didáticos e paradidáticos recebeu atenção restrita por parte da política educacional realizada no período.

Os dados também explicitam que o contexto de pandemia de Covid-19 praticamente bloqueou os investimentos nesta dimensão da política educacional. A execução orçamentária do ano de 2020 foi praticamente nula em ambos os municípios. Esta constatação corrobora as pesquisas e estudos (ver, por exemplo, SANTOS, 2020) que revelam a sobreposição do racismo estrutural e institucional, contingenciando e negando recursos das políticas públicas para a população negra, aos efeitos avassaladores da pandemia, ainda mais duros para essa parcela da população.

As conclusões alcançadas por nós indicam que são necessários estudos mais aprofundados sobre as relações entre o racismo estrutural e institucional e os processos de alocação de recursos orçamentários na área de educação. Mesmo diretrizes consistentes de promoção da igualdade racial (como são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a



Educação das Relações Étnico-Raciais) se apresentam como meras declarações infrutíferas sem que haja, por parte dos tomadores de decisão que lideram as redes públicas e privadas de ensino, decisões estratégicas, em matéria de orçamento e financiamento, no sentido de fortalecer as ações continuadas, sistemáticas e abrangentes previstas nas normas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, F.; ORTIGÃO, I.; FRANCO, C. Origem social e risco de repetência escolar: interação raça-capital econômico. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.130, p.161-180, jan./abr. 2007.
- ANDRADE, C.Y, e DACHS J. N. W. Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e raça/cor. *Cadernos de Pesquisa*. 2007, v. 37, n. 132, pp. 399-422.
- BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação. SECAD; SEPPPIR, jun. 2009.
- DIAS, L. R. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003. In: ROMÃO, J. (Org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: MEC, 2005
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 15 ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.
- JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.
- MELO, E. B. B. Branquitude e Racismo Institucional no Planejamento e Orçamento Governamental. In: XAVIER, E. M. (org.) *Gênero e Raça no orçamento público brasileiro*. Brasília: Assecor, 2020, p. 11-50.
- SANTOS, E. G. O outro lado do orçamento público: sistema tributário e racismo estrutural. XAVIER, E. M. (org.) *Gênero e Raça no orçamento público brasileiro*. Brasília: Assecor, 2020, p. 166-204.
- SOARES, S. et al. (orgs) *Os Mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.
- SOUZA, A. X. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” e a ação da SMED-BH na promoção da igualdade racial na educação. Dissertação (Mestrado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social). UFMG. Belo Horizonte, 2016.
- THEODORO, M. (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.
- ZIGONI, C. A questão do racismo no orçamento público. In: XAVIER, E. M. (org.) *Gênero e Raça no orçamento público brasileiro*. Brasília: Assecor, 2020, p. 51 – 87.



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas  
em Políticas Educacionais e  
Experiências Interdisciplinares na Educação**

13, 14 e 15  
junho de 2022

**Alexsandro do Nascimento Santos**, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais da Unicid, doutor em Educação pela Universidade de São Paulo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2337-3104>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8546389998834488>